

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
JUIZ FEDERAL TITULAR:
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO:

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 05/05/2014 até 09/05/2014, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

1 **Providenciar** a correção das irregularidades apontadas nos processos nº

0010052-95.2000.4.02.5001,	0000019160720034025001,
003034957.1999.4.02.5002,	0001159-13.2003.4.02.5001,
001005295.2000.4.02.5001,	0001497-76.2006.4.02.5002,
000151075.2006.4.02.5002,	0001061-83.2007.4.02.5002,
000138828.2007.4.02.5002,	0001890-64.2007.4.02.5002,
000062408.2008.4.02.5002,	0002624-44.2009.4.02.5002,
000219832.2009.4.02.5002,	0001621-20.2010.4.02.5002,
000217955.2011.4.02.5002,	0011646-37.2006.4.02.5001,
000098071.2006.4.02.5002,	0001154-80.2006.4.02.5002,
000026473.2008.4.02.5002,	0001680-08.2010.4.02.5002,
000005461.2004.4.02.5002,	0002198-32.2009.4.02.5002,
000057938.2007.4.02.5002,	0001320-59.1999.4.02.5002,
000126222.2000.4.02.5002,	0001497-76.2006.4.02.5002,
000127494.2004.4.02.5002,	0000858-63.2003.4.02.5002,
000932733.2005.4.02.5001,	0000282-65.2006.4.02.5002,

001005295.2000.4.02.5001,	0011392-11.1999.4.02.5001,
001454180.1900.4.02.5002,	0001854-51.2009.4.02.5002,
000043972.2005.4.02.5002,	0000107-27.2013.4.02.5002,
000198958.2012.4.02.5002,	0001410-76.2013.4.02.5002,
000005531.2013.4.02.5002	0000054-46.2013.4.02.5002,
000018584.2014.4.02.5002,	0000185-84.2014.4.02.5002

000030275.2014.4.02.5002, listados no item das ações de verificação obrigatória e metas prioritárias do CNJ, do relatório de correição.

2 3 **Priorizar** o cumprimento das Metas do CNJ, especialmente as Meta 2 e 5, reduzindo prioritariamente o acervo das execuções não-fiscais;

4 **Dar** o devido andamento aos processos conclusos e parados há mais de 30 (trinta) dias, listados no relatório de correição;

7 **Promover** a anotação do tipo de classificação no corpo da sentença (rodapé e cabeçalho);

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

Juiz Titular (início):

Juiz Substituto no exercício da titularidade
(início): 28/04/2014

- **Titular:**
- **Substituto: DIMITRI VASCONCELOS VANDERLEY**

O período que é objeto da correição (Outubro/2013 a Abril/2014) ficou sob a jurisdição dos seguintes Magistrados::

14/10/2013 a 12/11/2013: Por ocasião das férias regulamentares da Dr^a Ana Lídia, foi designado o **Dr. José Geraldo Amaral da Fonseca Junior** para, sem prejuízo da sua jurisdição no 1^o JEF de Cachoeiro, prestar auxílio a 2^a vara como substituto permanecendo **Dr. André Luiz** como titular.

10/12/2013 : Remoção da 2^a VF para a 3^a VF **Dr. Andre Luiz Martins da Silva** (passando a assumir a titularidade da vara a **Dr^a Ana Lídia**)

07/01/2014: Assumiu como titular **Dr. Jose Luis de Castro Rodrigues**(permanecendo Dra Ana Lidia como substituta).

19/03/2014: Designado o **Dr. João Paulo de Mello Castelo Branco**(substituto em auxílio a 3^a VF de cachoeiro) para, sem prejuízo da sua jurisdição, **assumir a titularidade da 2^a VF** em razão das férias dos juizes titular e substituta (Dr. Jose Luis e Dr^a Ana Lídia).no período de 19/03/2014 a 08/04/2014

09/04/2014 : prorrogada a designação do **Dr. João Paulo**, em razão da remoção dos referidos juizes para seção Judiciária do Rio de Janeiro(que se operou durante as férias dos mesmos).

29/04/2014: Designação do **Dr. Dimitri Vasconcelos Wanderley** para assumir a titularidade a partir de 28/04/2014

ORGANIZAÇÃO - 14 SERVIDORES		
05 analistas judiciários	09 técnicos judiciários	04 estagiários

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

ACERVO TOTAL (CÍVEL E EXECUÇÃO FISCAL)

15.700

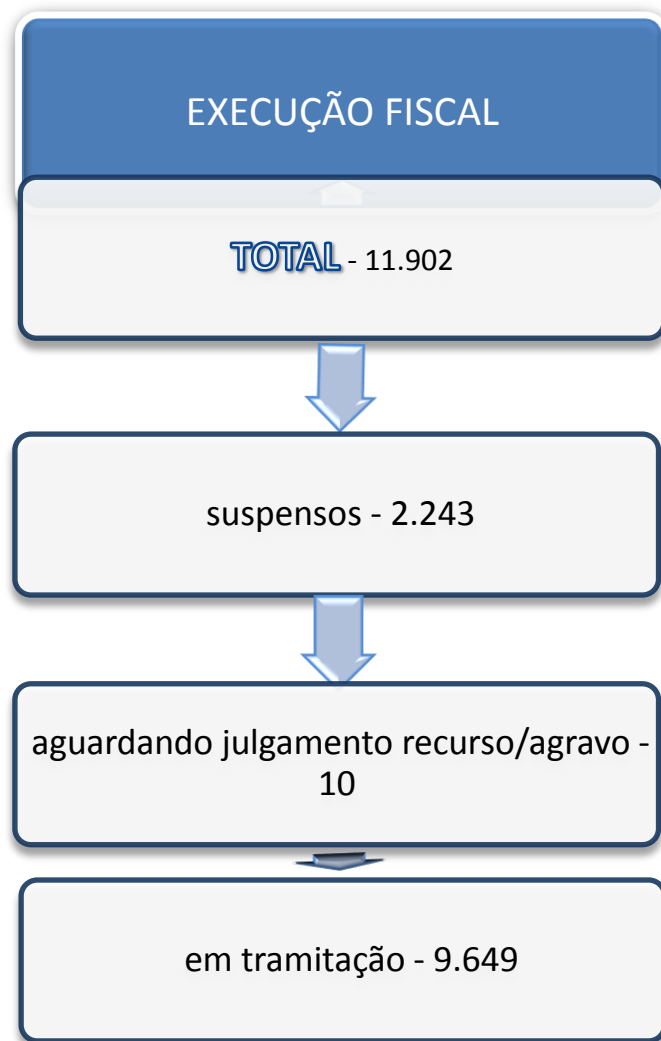
MATÉRIA CÍVEL

TOTAL - 3.798

suspensos - 54

aguardando julgamento recurso/agravo -
120

em tramitação - 3.624



Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de 04/2014.

TOTAL DE ATOS
PROCESSUAIS
INTIMADOS
(28/10/13 ATÉ 28/04/14) • 6.308

DESPACHOS
Tempo médio
conclusão/intimação: 42
dias • 3.622

DECISÕES
Tempo médio
conclusão/intimação: 12
dias • 2.054

SENTENÇAS
Tempo médio
conclusão/intimação: 66
dias • 632

TOTAL DE SENTENÇAS PROFERIDAS (28/10/2013 a 28/04/2014)
632



MATÉRIA CÍVEL - 632

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI E MÁRCIA GOMES ROSÁRIO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

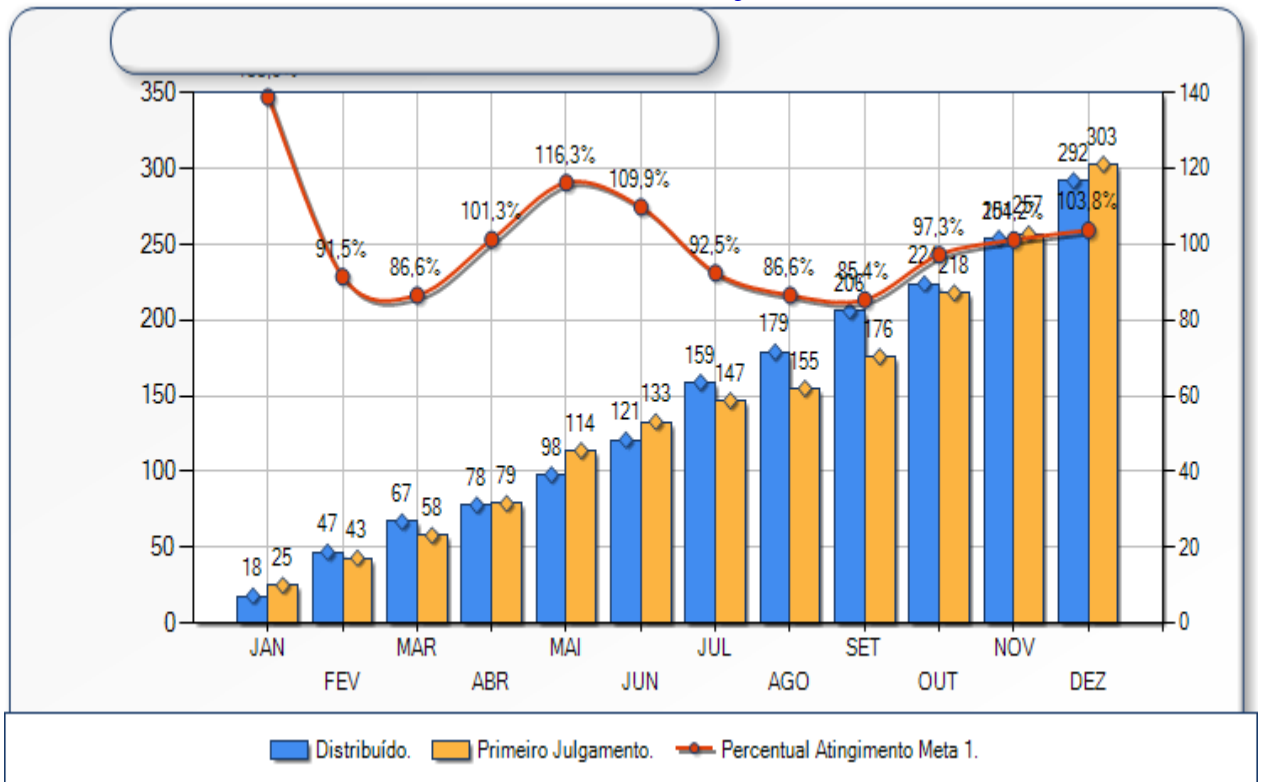
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

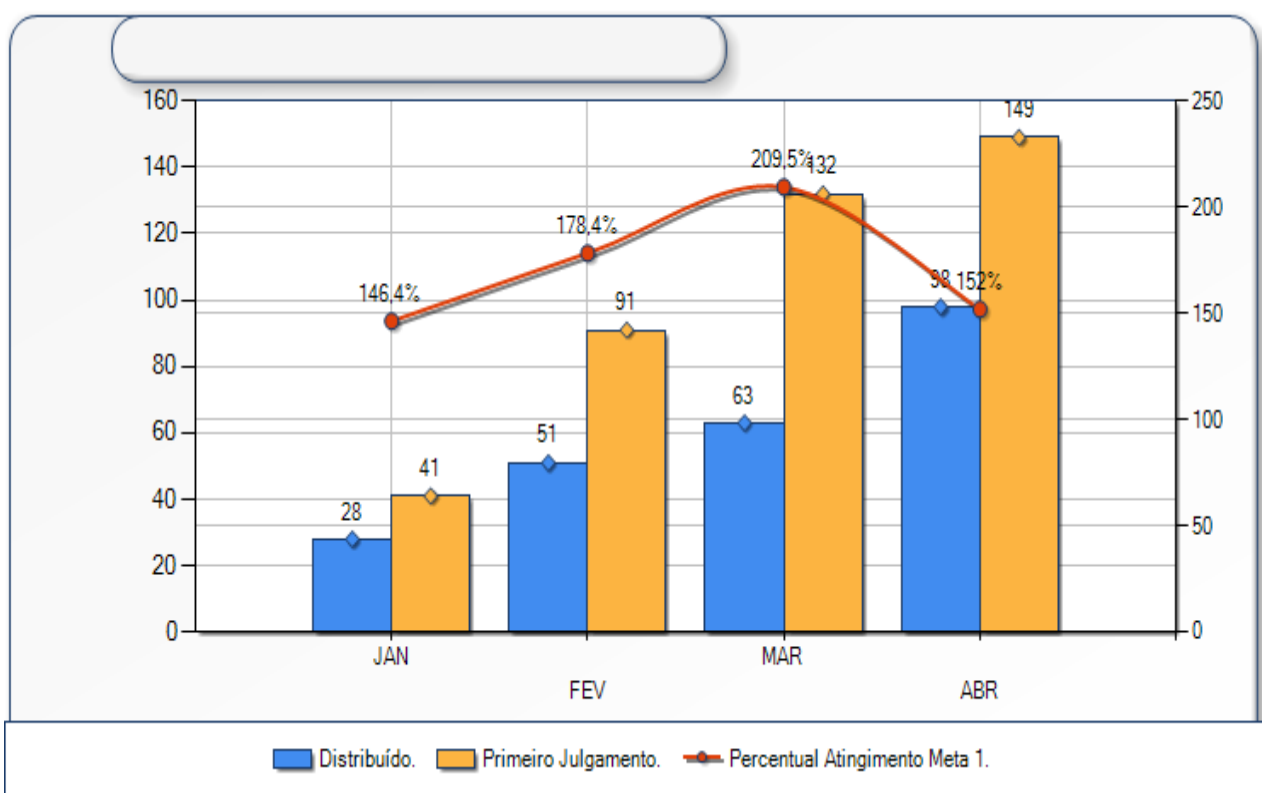
Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (02ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - CÍVEL/EXECUÇÃO FISCAL(2013))



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2013 o Juízo correccionado cumpriu a meta de julgar mais processos que os distribuídos.

Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (02ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - CÍVEL/EXECUÇÃO FISCAL(2014)



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que, em relação ao ano de 2014, o Juízo correicionado vem apresentando desempenho suficiente para o cumprimento da meta 1/2014.

II - META 2/2009

**Julgar todos os processo distribuídos até
31/12/2005.**

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 28/04/2014, constam 22 (vinte e dois) processos pendentes de julgamento neste critério em tramitação no órgão correicionado.

Assim sendo, verificados por amostragem, mereceram destaque os seguintes processos:

- **0010052-95.2000.4.02.5001** – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 28/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- **00019160720034025001** – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 28/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- **0030349-57.1999.4.02.5002** – distribuição por dependência aos autos do processo nº 0030350-42.1999.4.02.5002, em 30/05/2005, convertido em diligência para determinar a remessa dos autos à digitalização, conforme Portaria nº JFES-POR-2013/00067, da Direção do Foro (Regulamento da tramitação dos autos eletrônicos no âmbito da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo), em 12/03/2014, constando remessa dos autos à Seção Judiciária de Vitória na mesma data, sendo certo que o feito permanece na mesma situação.

- 0001159-13.2003.4.02.5001 – redistribuição em 02/09/2013, concluso para sentença em 11/10/2013, constando minuta de texto lançada no Apolo, convertendo o feito em diligência para determinar a realização de audiência de conciliação, sendo certo que anteriormente o feito permaneceu paralisado desde 21/09/2011, acusando lentidão no seu processamento.

- 0010052-95.2000.4.02.5001 - redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 28/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

Permanecem na mesma situação, não obstante a atualização do seu andamento processual, os processos nº 0011392-11.1999.4.02.5001, 0009396-36.2003.4.02.5001, 0001262-22.2000.4.02.5002, 0000858-63.2003.4.02.5002, 0002384-73.2000.4.02.5001, 0000497-12.2004.4.02.5002, 0000827-72.2005.4.02.5002, 0011392-11.1999.4.02.5001, 0001916-07.2003.4.02.5001, 0009396-36.2003.4.02.5001,

Encontra-se sentenciado o processo, nº 0000262-45.2004.4.02.5002.

III - META 2/2010

**Julgar todos os processo distribuídos até
31/12/2006.**

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 28/04/2014, constam 13 (treze) processos pendentes de julgamento neste critério em tramitação no órgão correicionado.

Assim sendo, verificando o seu andamento processual, constatou-se que os processos nº 0000283-50.2006.4.02.5002, 0000342-38.2006.4.02.5002, 0000578-87.2006.4.02.5002, 0000585-79.2006.4.02.5002, 0000866-82.2006.4.02.5051, 0001408-53.2006.4.02.5002, 0001435-36.2006.4.02.5002, 0001504-68.2006.4.02.5002, 0011646-37.2006.4.02.5001, 0001614-67.2006.4.02.5002 e 0001528-96.2006.4.02.5002 permanecem na mesma situação observada no referido relatório, não obstante a atualização do seu andamento processual.

Entretanto, por amostragem, mereceram destaque os seguintes processos:

- 0001497-76.2006.4.02.5002 – redistribuído em 03/09/2013, concluso para despacho em 19/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0001510-75.2006.4.02.5002 – redistribuído em 02/09/2013, concluso para despacho em 14/03/2014, constando lançamento de minuta de texto no sistema, não se vislumbrando registro de intimação.

IV - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 28/04/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 23 (vinte e três) processos incluídos no critério 2012 e 74 (setenta e quatro) no critério 2013.

Assim sendo, verificando o seu andamento processual, constatou-se que os processos nº 0001158-83.2007.4.02.5002, 0001312-04.2007.4.02.5002, 0001336-32.2007.4.02.5002, 0001457-60.2007.4.02.5002, 0001476-66.2007.4.02.5002, 0001497-42.2007.4.02.5002, 0000002-26.2008.4.02.5002, 0000033-46.2008.4.02.5002, 0002972-02.2008.4.02.5001, 0000427-53.2008.4.02.5002, 0000470-87.2008.4.02.5002, 0000212-77.2008.4.02.5002, 0000483-86.2008.4.02.5002, 0000569-57.2008.4.02.5002, 0000404-10.2008.4.02.5002, 0000868-34.2008.4.02.5002, 0000621-53.2008.4.02.5002, 0000623-23.2008.4.02.5002, 0000625-90.2008.4.02.5002, 0000786-03.2008.4.02.5002, 0000790-40.2008.4.02.5002, 0001108-23.2008.4.02.5002, 0001125-59.2008.4.02.5002, 0001186-17.2008.4.02.5002 permanecem na mesma situação observada no referido relatório, não obstante a atualização do seu andamento processual.

Entretanto, por amostragem, mereceram destaque os seguintes processos:

- 0001061-83.2007.4.02.5002 – redistribuição em 03/09/2013, concluso para despacho em 13/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0001388-28.2007.4.02.5002 – redistribuição em 03/03/2013, concluso para sentença em 17/10/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0001890-64.2007.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 31/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0000624-08.2008.4.02.5002 – redistribuição em 02/09/2013, com conclusão para despacho em 24/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

OBS: Foram sentenciados os processos nº 0002004-50.2007.4.02.5051, 0000752-75.2008.4.02.5051,

V - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 27/04/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 38 (trinta e oito) processos de improbidade administrativa, sendo 22 ações civis públicas, 16 embargos de terceiros e 01 cautelar inominada.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 27/04/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 22 (vinte e dois) processos de improbidade administrativa, da classe de Ação Civil Pública.

Assim sendo, verificando o seu andamento processual, constatou-se que os processos nº 0002623-59.2009.4.02.5002, 0002584-62.2009.4.02.5002, 0002583-77.2009.4.02.5002, 0002467-71.2009.4.02.5002, 0001908-12.2012.4.02.5002, 0001558-68.2005.4.02.5002, 0001547-97.2009.4.02.5002, 0001186-17.2008.4.02.5002, 0001108-23.2008.4.02.5002, 0000944-87.2010.4.02.5002, 0000842-65.2010.4.02.5002, permanecem na mesma situação observada no referido relatório, não obstante a atualização do seu andamento processual.

Entretanto, por amostragem, mereceram destaque os seguintes processos:

- **0002624-44.2009.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 26/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**
- **0002198-32.2009.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, com ato ordinatório de intimação para especificação de provas, publicado em 14/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**
- **0001621-20.2010.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 11/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**
- **0002179-55.2011.4.02.5002 – redistribuição em 02/09/2013, concluso para despacho em 17/09/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**

OBS 1: Encontra-se sentenciado o processo nº 0000493-33.2008.4.02.5002

AÇÕES ORDINÁRIAS

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 27/04/2014, não consta em tramitação no Juízo Correicionado ação ordinária de improbidade administrativa, integrante da referida Meta.

VI - META 5/2014

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de ainda não terem sido disponibilizados no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, em 28/04/2014 foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013 quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em abril/2013 e abril/2014, a saber:

- abril/2013: total de 9.280 processos de execução fiscal e 117 não-fiscal;
- abril/2014: total de 9.648 processos de execução fiscal e 1.221 não-fiscal.

Verificando-se no período: um aumento de aproximadamente 3,9% em matéria fiscal e de 950% não fiscal.

Fonte: Foram analisados os feitos constantes dos Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13.02.2014.

Levantamento de dados e análise efetuados por:
Fernando Antonio Serro Pombal

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

- Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, não consta Mandado de Segurança Coletivo em tramitação no Juízo Correicionado.

AÇÃO POPULAR

Conforme Mapa estatístico emitido em 28/04/2014, consta 01 (uma) ação popular em tramitação no Juízo Correicionado, **processo nº 0011646-37.2006.4.02.5001, redistribuído em 03/09/2013, concluso para despacho em 03/04/2014, sendo certo que se encontra paralisado desde então. Por oportuno, cabe ressaltar que o último despacho foi proferido em 07/08/2013, configurando, assim, atraso no processamento, não obstante a alteração de sua competência e redistribuição dos processos da 1ª VF de Cachoeiro de Itapemirim.**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, constam em tramitação no Juízo Correicionado, 14 (quatorze) ações civis públicas da classe 6001 e 28 (vinte e oito) ações civis públicas de improbidade, da classe 6006, restando 01 (uma) suspensão.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

CLASSE 6001 – GENÉRICA

- **0000980-71.2006.4.02.5002 – redistribuição em 02/09/2013, concluso para despacho em 04/04/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**

- **0001154-80.2006.4.02.5002 – redistribuição em 05/09/2013, concluso para despacho em 26/09/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então. Registre-se, por oportuno, que o penúltimo despacho fora proferido em 20/05/2013, cuja conclusão fora aberta em 22/10/2012.**

- **0000264-73.2008.4.02.5002 – redistribuição em 13/09/2013, com sentença proferida em 29/04/2014, sem contudo ter sido intimada.**

- **0001680-08.2010.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para decisão em 18/12/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.**

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0001230-41.2005.4.02.5002, 0000869-87.2006.4.02.5002, 0000386-57.2006.4.02.5002, 0001126-44.2008.4.02.5002, 0001733-57.2008.4.02.5002, 0002083-11.2009.4.02.5002, 0001341-49.2010.4.02.5002, 0000195-65.2013.4.02.5002.

CLASSE 6006 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- 0000054-61.2004.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, com despacho de suspensão do processo até o julgamento da ação cautelar nº 0000708-04.2011.4.02.5002, proferido em 20/06/2013, sendo certo que, em consulta ao sistema processual Apolo, constatou-se que já foi proferida sentença nos autos do referido processo, sendo certo que a Ação Civil Pública encontra-se paralisada desde então.

- 0002198-32.2009.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, com ato ordinatório de intimação da parte requerida para especificação de provas, publicado em 14/02/2014, constando movimentação cartorária tipo Aguarda Prazo Pós-Publicação, realizada em 13/02/2014, sendo certo que, decorrido o prazo, não obstante a juntada de petição em 07/03/2014, o feito se encontra paralisado.

- 0000579-38.2007.4.02.5002 – redistribuição em 02/09/2013, com sentença proferida em 10/02/2014, remetida para publicação em 17/02/2014, ainda aguardando geração de boletim, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0000579-38.2007.4.02.5002, 0001558-68.2005.4.02.5002, 0001186-17.2008.4.02.5002, 0001125-59.2008.4.02.5002, 0001108-23.2008.4.02.5002, 0001087-47.2008.4.02.5002, 0002583-77.2009.4.02.5002, 0002467-71.2009.4.02.5002, 0002584-62.2009.4.02.5002, 0000569-57.2008.4.02.5002, 0000493-33.2008.4.02.5002, 0001015-84.2013.4.02.5002.

ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, consta 01 (uma) ação ordinária de improbidade administrativa em tramitação no Juízo Correicionado, **processo nº 0001320-59.1999.4.02.5002, redistribuído em 04/09/2013, concluso para despacho em 09/04/2014, sendo certo que se encontra paralisado desde então. Por oportuno, cabe ressaltar que o último despacho foi proferido em 23/10/2012, configurando um grande atraso no processamento, não obstante a alteração de sua competência e redistribuição dos processos da 1ª VF de Cachoeiro de Itapemirim.**

AÇÃO DE USUCAPIÃO

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, constam 82 (oitenta e duas) ações de usucapião em tramitação no Juízo Correicionado.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

- 0001262-22.2000.4.02.5002 – redistribuído em 02/09/2013, concluso para sentença em 02/05/2014, não obstante estar dentro do prazo institucional de conclusão para sentença, o feito integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

- 0001497-76.2006.4.02.5002 – redistribuição em 03/09/2013, concluso para despacho em 19/03/2014, sendo certo que o feito se encontra

paralisado desde então. Registre-se que o processo integra a chamada “Meta 2”. Critério 2010.

- 0001274-94.2004.4.02.5002 – redistribuição em 02/09/2013, concluso para sentença em 02/05/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então. Registre-se que o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

- 0000858-63.2003.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para sentença em 02/05/2014, não obstante a conclusão estar dentro do prazo institucional, o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

- 0009327-33.2005.4.02.5001 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 18/09/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0000578-87.2006.4.02.5002, 0000832-70.2000.4.02.5002, 0001362-40.2001.4.02.5002, 0000720-62.2004.4.02.5002, 0001280-04.2004.4.02.5002, 0010001-84.2000.4.02.5001, 0001231-26.2005.4.02.5002.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, constam 25 (vinte e cinco) ações ordinárias de desapropriação em tramitação no Juízo Correicionado, restando 01 (uma) suspensa.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

- 0000282-65.2006.4.02.5002- redistribuição em 03/09/2013, concluso para despacho em 25/04/2014, não obstante a conclusão estar dentro do prazo institucional, o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

- 0010052-95.2000.4.02.5001 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 28/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então. Registre-se que o feito resta paralisado desde então.

- 0011392-11.1999.4.02.5001 - redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 20/04/2014, não obstante a conclusão estar dentro do prazo institucional, o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

OBS: encontram-se com o seu processamento regular os processos nº 0000262-45.2004.4.02.5002, 0000622-43.2005.4.02.5002, 0001198-36.2005.4.02.5002, 0001256-10.2003.4.02.5002, 0012665-15.2005.4.02.5001, 0007842-39.1998.4.02.5002.

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, constam 57 (cinquenta e sete) ações ordinárias de reintegração/manutenção de posse em tramitação no Juízo Correicionado, restando 01(uma) suspensa..

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

- 0014541-80.1900.4.02.5002 – redistribuição em 03/09/2014, com despacho de intimação das partes para impulsionarem o feito, remetido para a publicação em 30/04/2014, não obstante a regularidade do seu processamento, o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

- 0001854-51.2009.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2013, concluso para despacho em 13/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0000439-72.2005.4.02.5002 – redistribuição em 04/09/2014, concluso para despacho em 20/03/2014, não obstante a conclusão estar dentro do prazo institucional, o processo integra a chamada “Meta 2”, critério 2009.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0000438-87.2005.4.02.5002, 0000908-55.2004.4.02.5002, 0001339-89.2004.4.02.5002, 0001629-70.2005.4.02.5002, 0003624-29.2002.4.02.5001, 0000439-72.2005.4.02.5002, 0006209-95.1995.4.02.5002, 0000786-03.2008.4.02.5002, 0000796-47.2008.4.02.5002, 0001137-73.2008.4.02.5002,

CARTA PRECATÓRIA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 28/04/2014, constam 144 (cento e quarenta e quatro) Cartas Precatórias de Execução Fiscal em tramitação no Juízo Correicionado , 09 (nove) Cartas Precatórias Cíveis, 01 (uma) Carta Precatória/Tributária e 02 (duas) Cartas Precatórias de Título Extrajudicial..

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

- Processo nº 0000107-27.2013.4.02.5002 – redistribuição em 03/09/2013, com despacho para designação de leilão unificado na subseção, proferido em 26/02/2013, constando Movimentação

cartorária Tipo Designar Leilão, realizada em 12/09/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0001989-58.2012.4.02.5002 - redistribuição em 03/09/2013, com despacho para designação de leilão unificado na subseção, proferido em 03/12/2012, constando Movimentação cartorária Tipo Designar Leilão, realizada em 12/09/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0001410-76.2013.4.02.5002 – distribuição em 29/11/2013, com despacho para cumprimento da carta, proferido em 13/02/2014, constando Movimentação Cartorária Tipo Expedir Mandado, realizada em 13/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0000055-31.2013.4.02.5002 - distribuição em 05/12/2013, com despacho para designação de leilão unificado na subseção, proferido em 25/02/2013, constando Movimentação cartorária Tipo Aguarda Realização de Leilão Unificado, realizada em 27/02/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0000054-46.2013.4.02.5002 - distribuição em 21/01/2013, com despacho para designação de leilão unificado na subseção, proferido em 25/02/2013, constando Movimentação cartorária Tipo Aguarda Realização de Leilão Unificado, realizada em 27/02/2013, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então.

- 0000185-84.2014.4.02.5002 – distribuição em 28/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então, ainda sem abertura de conclusão para o primeiro despacho.

- 0000185-84.2014.4.02.5002 - distribuição em 28/02/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então, ainda sem abertura de conclusão para o primeiro despacho.

- 0000302-75.2014.4.02.5002 - - distribuição em 24/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então, ainda sem abertura de conclusão para o primeiro despacho.

OBS: Os processos de nº 0000005-68.2014.4.02.5002, 0000029-96.2014.4.02.5002 e 0000013-45.2014.4.02.5002 encontram-se com Movimentação Cartorária Tipo Expedir Ofício desde janeiro de 2014.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº
0001463-57.2013.4.02.5002, 0001734-37.2011.4.02.5002, 0000308-
82.2014.4.02.5002, 0000348-98.2013.4.02.5002, 0000357-
60.2013.4.02.5002, 0000424-30.2010.4.02.5002, 0000555-
97.2013.4.02.5002, 0000645-08.2013.4.02.5002, 0000328-
10.2013.4.02.5002, 0000060-19.2014.4.02.5002, 0000134-
73.2014.4.02.5002, 0000138-13.2014.4.02.5002, 0000159-
86.2014.4.02.5002, 0000041-13.2014.4.02.5002.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

Fonte: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de fevereiro/2014, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

AUDIÊNCIAS

(De outubro de 2013 a abril de 2014)

- **TOTAL - 06 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de outubro de 2013 e a última de abril de 2014

NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- **Outubro/2013 - zero**
- **Novembro/2013 - zero**
- **Dezembro/2013 - 01**
- **Janeiro/2014 - zero**
- **fevereiro/2014 - 03**
- **Março/2014 - 02**
- **abril/2014 - zero**

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR:
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS



• PROCESSOS VIRTUAIS

- “Cível – iniciais”, com 36 documentos, sendo o mais antigo o de 03/04/2014, sob o nº 0000319-14.2014.4.02.5002;
- “Iniciais Seção EF – AG análise”, com 32 documentos, sendo o mais antigo o de 04/04/2014, sob o nº 0000323-51.2014.4.02.5002.

CÍVEL

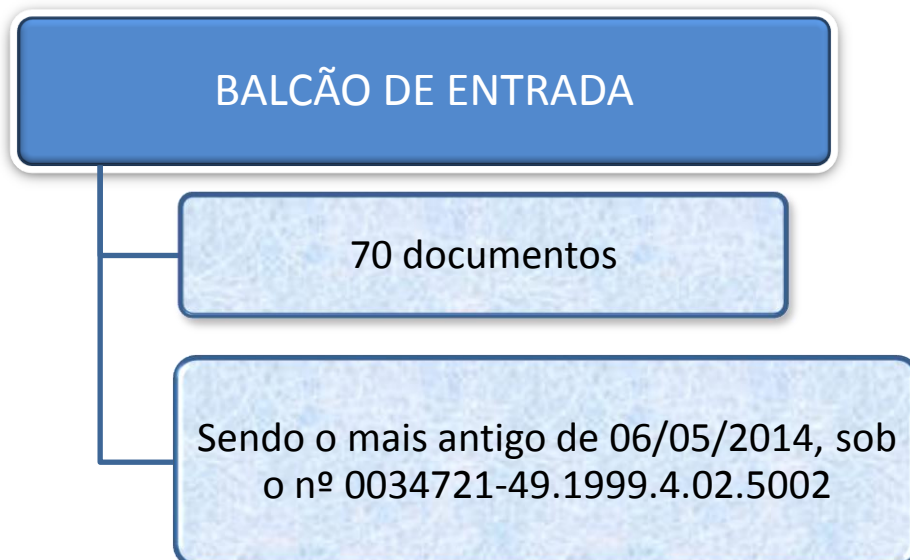
Nos processos virtuais, a servidora acessa no balcão de entrada as iniciais, lança as custas e informa se há pedido de gratuidade de justiça. Concomitantemente, é verificado se há pedido de medidas urgentes; verificam-se os requisitos e, em seguida, é aberta a conclusão.

Em não havendo medidas urgentes, as iniciais são colocadas num local virtual, intitulado “civil iniciais” para uma posterior verificação. Ressalte-se que nestes casos, ainda é feita uma triagem para se verificar se há auxílio doença, prioridade de idoso ou LOAS.

EXECUÇÃO FISCAL

São alocadas no balcão de entrada e verificadas, diariamente. A seguir, os processos são localizados em locais virtuais e cada servidor responsável se responsabiliza de dar andamento ao processo.

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).



Não encontramos endereço virtual para o controle da prevenção nos feitos eletrônicos.

CÍVEL

O Setor de Distribuição faz a verificação de prevenção e, em caso positivo, são juntadas as iniciais e a sentença e, quando for o caso, o acórdão.

EXECUÇÃO FISCAL

O próprio Setor de Distribuição acusa a prevenção. Porém, segundo o supervisor, são casos raros.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO



P/DESPACHO: há mais de 30 dias	P/DECISÃO: há mais de 60 dias	P/SENTENÇA: há mais de 180 dias
<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 849• Execução Fiscal - 161	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 27• Execução Fiscal - 08	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 70• Execução Fiscal - 00

CONCLUSOS DESPACHOS

00005828520104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 23/04/2010, concluso ao MM Juiz em 30/04/2010, último movimento em 02/03/2012, assim descrito: “conclusão para despacho – de expediente”.

00014757620104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 30/09/2010, concluso ao MM Juiz em 01/10/2010; em 21/08/2012 conclusão para despacho – de expediente e o último movimento em 23/09/2012, assim descrito: “juntada”.

00015493320104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 07/10/2010, concluso ao MM Juiz em 08/10/2010; em 12/09/2012 conclusão para despacho – de expediente e o último movimento em 23/09/2012, assim descrito: “juntada”.

00006607920104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 30/04/2010, concluso ao MM Juiz em 03/05/2010, último movimento em 13/11/2012, assim descrito: “conclusão para despacho”.

00010557120104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 01/07/2010, concluso ao MM Juiz em 05/07/2010; em 06/11/2012 conclusão para despacho – de expediente e o último movimento em 11/11/2012, assim descrito: “juntada”.

00019592320124025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 14/11/2012, concluso ao MM Juiz em 18/11/2012, último movimento em 08/07/2013, assim descrito: “juntada”.

01003779320124025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 06/11/2012, concluso ao MM Juiz em 07/11/2012, último movimento em 24/11/2013, assim descrito: “juntada”.

00019327420114025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 12/12/2011, concluso ao MM Juiz em 19/12/2011, último movimento em 06/12/2012, assim descrito: “conclusão para despacho – de expediente”.

00019352920114025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 12/12/2011, concluso ao MM Juiz em 19/12/2011, último movimento em 06/12/2012, assim descrito: “conclusão para despacho – de expediente”.

00019491320114025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 12/12/2011, concluso ao MM Juiz em 19/12/2011, último movimento em 06/12/2012, assim descrito: “conclusão para despacho – de expediente”.

00019543520114025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 12/12/2011, concluso ao MM Juiz em 19/12/2011, último movimento em 06/12/2012, assim descrito: “conclusão para despacho – de expediente”.

CONCLUSOS DECISÃO

00021859620104025002. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 22/02/2011, concluso ao MM Juiz em 23/02/2011; em 26/08/2013 conclusão para decisão – interlocutória e o último movimento em 29/08/2013, assim descrito: “juntada”.

00008630720114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

00011477820124025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

00016442920114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

00023103020114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

01000618020124025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

00000828220114025002. Trata-se de ordinária/outras, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 16/09/2013, último movimento em 16/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

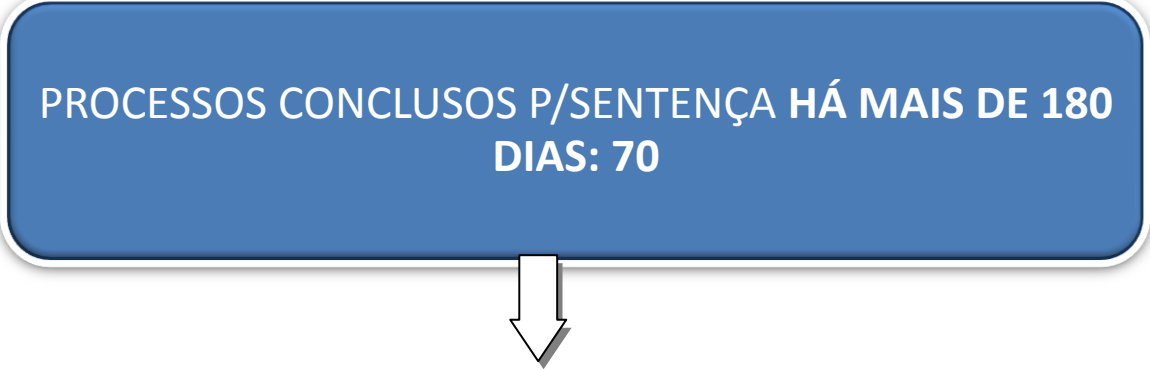
00010687020104025002. Trata-se de ordinária/outras, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 05/09/2013, último movimento em 05/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

00015499620114025002. Trata-se de ordinária/outras, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 05/09/2013, último movimento em 05/09/2013, assim descrito: “conclusão para decisão”.

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento no período da correição:

00002334820114025002; 00013322920064025002; 00000819720114025002; 00019430620114025002.

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 70



00019746020104025002. Trata-se de ordinária/anulatória de débito fiscal, distribuída em 07/12/2010, concluso ao MM Juiz em 07/12/2010, último movimento em 09/12/2010, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00010094820114025002. Trata-se de ação de consignação em pagamento, redistribuída em 28/10/2011, concluso ao MM Juiz em 01/12/2011; em 07/06/2013 conclusão para sentença/julgamento e o último movimento em 07/10/2013, assim descrito: “juntada”.

00009462320114025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 13/07/2011, concluso ao MM Juiz em 03/05/2012, último movimento em 26/06/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00000070920124025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00000418120124025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 13/09/2013, último movimento em 13/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00000853720114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 12/09/2013, último movimento em 12/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00001451020114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 13/09/2013, último movimento em 13/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00001852620104025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 02/09/2013, concluso ao MM Juiz em 03/09/2013, último movimento em 03/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00003382520114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00005452420114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 12/09/2013, último movimento em 12/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00006229620124025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 05/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento resolução de mérito – pedido procedente com tutela deferida”.

00006867720104025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 13/09/2013, último movimento em 13/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00007127520104025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 13/09/2013, último movimento em 13/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

00007132620114025002. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/09/2013, concluso ao MM Juiz em 10/09/2013, último movimento em 10/09/2013, assim descrito: “conclusão para sentença/julgamento”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM
MOVIMENTAÇÃO :



ENTRE 31 E 60 DIAS:

• 209

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

• 471

Parados entre 31 e 60 dias

00003697920104025002. Trata-se de embargos à execução, redistribuída em 03/09/2013, não foi aberta conclusão ao MM Juiz; em 12/02/2014 remessa interna – local: 2ª VF Cachoeiro – cível/execução fiscal OBS.: remessa automática feita pelo sistema após digitalização do processo e o último movimento em 12/02/2014, assim descrito: “juntada”.

00008625120134025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 11/07/2013, concluso ao MM. Juiz em 27/02/2014, último movimento em 27/02/2014, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando remessa para publicação”.

00020822120124025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 17/12/2012, concluso ao MM. Juiz em 03/05/2013, último movimento em 28/02/2014, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando remessa para publicação”.

01008175520134025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 27/02/2013, concluso para sentença ao MM. Juiz em 03/05/2013, último movimento em 27/02/2014, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando remessa para publicação”.

00121018920124025001. Trata-se de ordinária/tributária, distribuída em 30/01/2013, concluso para decisão ao MM Juiz em 05/02/2013, último movimento em 24/03/2014, assim descrito: “juntada”.

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento no período da correição:

00013064120004025002; 00008048220124025002; 00025274420094025002;
00009448220134025002; 01001117220134025002; 00000411320144025002;
00001823220144025002; 00001858420144025002; 00001866920144025002;
00001875420144025002; 00001883920144025002; 00001900920144025002;
00000306720034025002; 00001651620024025002; 00014352620124025002;

Parados há mais de 60 dias

00005703720114025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 25/05/2011, concluso ao MM Juiz em 16/06/2011, último movimento em 21/09/2012, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando prazo”.

00017534320114025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 14/11/2011, concluso ao MM Juiz em 16/05/2012, último movimento em 24/09/2012, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando prazo”.

00020857320124025002. Trata-se de carta precatória/execução fiscal, distribuída em 17/12/2012, concluso ao MM Juiz em 05/02/2013, último movimento em 27/02/2013, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando resposta de ofício”.

00016737920114025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 27/10/2011, concluso ao MM Juiz em 18/05/2012; em 16/04/2013 movimentação cartorária tipo aguardando prazo e o último movimento em 17/04/2013, assim descrito: “juntada”.

00023111520114025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 13/02/2012, concluso ao MM Juiz em 07/06/2012; em 27/09/2012 movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação e o último movimento em 15/04/2013, assim descrito: “juntada”.

00001376220134025002. Trata-se de carta precatória/execução fiscal, distribuída em 18/02/2013, concluso ao MM Juiz em 21/02/2013, último movimento em 23/05/2013, assim descrito: “movimentação cartorária tipo expedir mandado”.

00002735920134025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 21/03/2013, concluso ao MM Juiz em 06/05/2013; em 17/05/2013

movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação e o último movimento em 28/05/2013, assim descrito: “juntada”.

00011840820124025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 22/06/2013, concluso ao MM Juiz em 27/07/2012; em 17/05/2013 movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação e o último movimento em 28/05/2013, assim descrito: “juntada”.

00016836020104025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 05/10/2010, concluso ao MM Juiz em 08/10/2010; em 17/05/2013 movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação e o último movimento em 28/05/2013, assim descrito: “juntada”.

00017739720124025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 03/10/2012, concluso ao MM Juiz em 03/05/2013; último movimento em 17/05/2013, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação”.

00018646120104025002. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuída em 17/11/2010, concluso ao MM Juiz em 19/11/2010; em 17/05/2013 movimentação cartorária tipo aguardando prazo pós-publicação e o último movimento em 28/05/2013, assim descrito: “juntada”.

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento.

00002421020114025002; 00002439220114025002; 00021962820104025002;
00002317820114025002; 00022101220104025002; 00016486620114025002;
00006693620134025002;

**PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -
EXECUÇÃO FISCAL: 2.444**



Parados entre 121 e 180 dias

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento. A saber:

00009442920064025002; 00009847420074025002; 00011630820074025002;
00012018820054025002; 00012823720054025002; 00000315720004025002;
00000407720044025002; 00000424720044025002; 00000468420044025002;
00000579820134025002; 00000796420104025002; 00000846220054025002;
00001327920094025002; 00001422620094025002; 00001493320004025002;
00001691920034025002; 00001775920044025002; 00001835120134025002;
00001971620054025002; 00002159520094025002.

Parados há mais de 180 dias

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento. A saber:

00001123520024025002; 00002272720004025002; 00003686020114025002;
00003703020114025002; 00004568420004025002; 00005201120114025002;
00005747420114025002; 00005764420114025002; 00008016420114025002;
00008686320104025002; 00008951220114025002; 00010052120054025002;
00011773120034025002; 00014957220074025002; 00015794420054025002;
00300828519994025002; 00303418019994025002; 00307159619994025002;
00315525419994025002; 00323752819994025002; 00003065420104025002;
00004177220094025002; 00004257820114025002; 00004361520084025002;
00010253620104025002; 00010684120084025002; 00011225120014025002;
00011674020104025002; 00013548220094025002; 00013561820104025002;
00013570320104025002; 00014552720064025002; 00014567020104025002.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Físicos e virtuais)

LOCAL VIRTUAL

“Cível – EXPEDIENTE PENDENTE DE JUNTADA”, com 51 documentos, sendo o mais antigo o de 02/10/2013, sob o nº 0001754-91.2012.4.02.5002.

CÍVEL

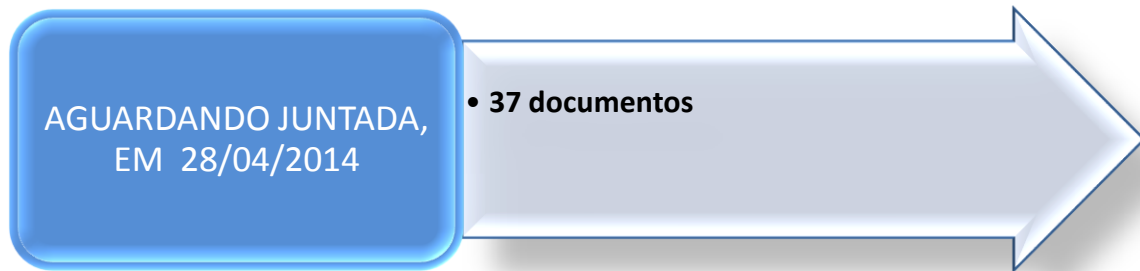
Os processos físicos são alocadas em pastas identificadas pelo último número do processo correspondente. Em se tratando de petições eletrônicas, são verificadas no balcão de entrada e juntadas, diariamente.

EXECUÇÃO FISCAL

Quando as petições são físicas de processos físicos, são imediatamente digitalizadas na Vara. Vale ressaltar que a digitalização das petições físicas gera uma demanda maior de tempo, tendo em vista uma incompatibilidade técnica dos programas de informática na conversão dessa digitalização.

Quanto às petições físicas de processos eletrônicos, o procedimento é o mesmo dos processos físicos.

Quanto às petições eletrônicas, estas ficam no balcão de entrada aguardando triagem do servidor responsável para, em seguida, serem juntadas. A triagem e respectiva juntada são feitas 01 vez por semana.



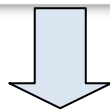
Documentos pendentes de juntada

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento, eis que tiveram as suas petições juntadas:

00009161720134025002; 00007058820074025002; 00010062520134025002;
00010071020134025002; 01018715620134025002; 00002155620134025002;
00002155620134025002; 00014529620114025002; 00000403320114025002;
00002013820144025002; 00002211520034025002; 00003266020014025002;
00005098920054025002; 00005744020124025002; 00009596120074025002;
00009720720004025002.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE
CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS



LOCAL VIRTUAL

“Cível – aguardando resposta/prazo”, com 91 documentos, sendo o mais antigo o de 03/02/2014, sob o nº 0001641-40.2012.4.02.5002;

“Cível – aguarda devolução mandado/CPR/OFICIO”, com 30 documentos, sendo o mais antigo o de 16/09/2013, sob o nº 0001400-03.2011.4.02.5002.

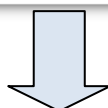
CÍVEL

O controle de prazo é feito através de escaninhos que podem ser físicos ou virtuais. Esse controle é complementado com a verificação do relatório de processos parados. Esse procedimento é efetuado mensalmente.

EXECUÇÃO FISCAL

O controle de prazo é feito no local virtual intitulado como: “aguardando prazo pós-intimação”. O controle de prazo é feito pelo quesito “motivo” e quesito “data de entrada” no sistema Apolo. O motivo acima referido identifica qual o prazo que será preciso aguardar, e a data de entrada informa o momento que é feita a contagem de prazo. Tal verificação se efetua mensalmente.

**CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS,
MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**



LOCAL VIRTUAL

“AG. cumprimento de mandado (51-243)”, com 594 documentos, sendo o mais antigo o de 27/03/2014, sob o nº 0001422-90.20134.02.5002;

“Cível – EXPEDIR EXPEDIENTE”, com 24 documentos, sendo o mais antigo o de 22/04/2014, sob o nº 0102932-49.2013.4.02.5002.

CÍVEL

O gabinete envia a referida ordem para a mesa virtual da supervisora da área, que se encarrega de acompanhar e orientar os servidores responsáveis daquele cumprimento.

EXECUÇÃO FISCAL

O gabinete envia a referida ordem para a mesa virtual do supervisor da área e este se encarrega de dar prosseguimento e acompanhamento ao referido cumprimento. Sendo assim, o próprio supervisor fiscaliza o cumprimento de ordem.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 28/04/2014:

54

03 - segredo absoluto

03 - segredo do sistema

48 - segredo de peças

Segredo de justiça

Vistos por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento. A saber:

00001893920054025002; 00003375020054025002; 00005271320054025002;
00005332020054025002; 00005392720054025002; 00005427920054025002;
00005436420054025002; 00006856820054025002; 00015353820064025051;
00014267420064025002; 00005793820074025002; 00012878820074025002.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de
10/2013 a 04/2014)

- TOTAL de processos publicados: 5.130
- TOTAL de boletins: 273

MÉDIA
PROCESSOS/BOLETINS:

- 18,79 PROCESSOS

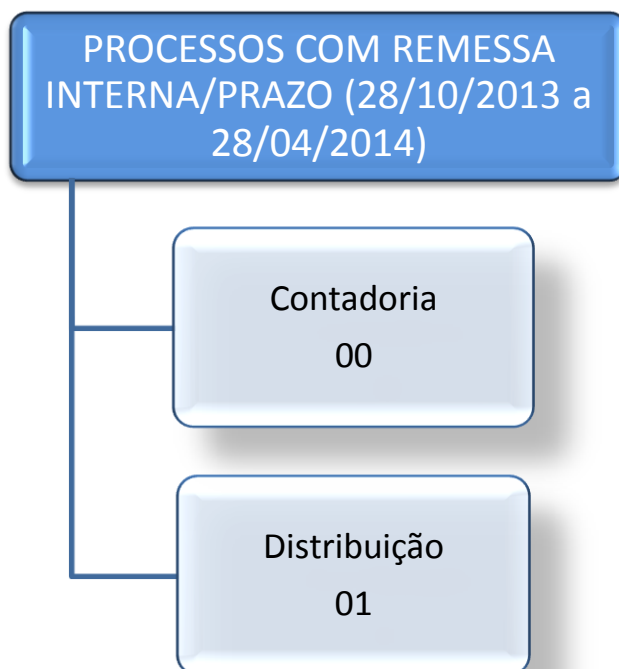
TEMPO MÉDIO DE
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- **27,67 DIAS**

BOLETINS PENDENTES DE
ENVIO:

- 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.



LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS:
CIVEIS - 174 EXECUÇÃO FISCAL - 1.800

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral: 17
- Aguardando decisão de instância superior: 111
- Suspenso aguardando julgamento de recurso: 10
- Cumprimento Precatório/RPV : 07
- Embargos à execução: 56
- Parcelamento: 235
- Art. 40, caput, Lei 6.830/80 : 05
- Art. 40, §2º, LEF (arquivamento sem baixa): 203
- Art. 20, Lei 10.522/02: 803
- Outras suspensões - processo de execução: 02
- Outros - Fase/Processo Execução: 27
- Portaria MF nº 75/12, alterada pela Portaria MF nº 130/12: 659
- Suspenso - Parcelamento: 15
- Vazias (sem motivo lançado): 22
- Outros-Fase de conhecimento: 07
- Impugnação -Cumprimento-Sentença(CPC, 475-M): 02
- Suspensão Outros/Fase Recursal: 01

Por amostragem, verificou-se que o juízo da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim- ES, lança as informações corretas sobre o motivo da suspensão no sistema de acompanhamento processual Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento nº 11/2011), com base em decisões fundamentadas. Foram analisados os seguintes processos:

Aguarda decisão de instância superior

0001200-45.2001.4.02.5002
0000589-58.2002.4.02.5002
0000599-05.2002.4.02.5002
0000164-50.2010.4.02.5002
0001613-82.2006.4.02.5002
0000812-45.2001.4.02.5002
0032611-77.1999.4.02.5002
0033999-15.1999.4.02.5002

Aguardando julgamento de recurso

0000599-10.1999.4.02.5002

Repercussão Geral (art. 543-B, e §§ 1º e 2º do CPC)

0000421-56.2002.4.02.5002
0001201-30.2001.4.02.5002
0001531-27.2001.4.02.5002
0001533-94.2001.4.02.5002
0000198-40.2001.4.02.5002

Cumprimento precatório/RPV

0000919-79.2007.4.02.5002
0001099-61.2008.4.02.5002
0001422-71.2005.4.02.5002

Embargos à execução

0000202-62.2010.4.02.5002
0001500-07.2001.4.02.5002
0001333-32.2004.4.02.5051
0034807-20.1999.4.02.5002

Parcelamento

0000986-78.2006.4.02.5002
0000234-62.2013.4.02.5002
0001758-65.2011.4.02.5002

Art. 40, §2º, LEF (arquivamento sem baixa)

0000886-02.2001.4.02.5002
0000022-27.2002.4.02.5002
0000019-72.2002.4.02.5002
0000662-64.2001.4.02.5002
0033153-95.1999.4.02.5002
0001064-77.2003.4.02.5002
0000887-84.2001.4.02.5002

Outros-fase conhecimento

0032779-79.1999.4.02.5002

Outros-fase/processo execução

0033376-48.1999.4.02.5002
0000652-05.2010.4.02.5002
0001185-61.2010.4.02.5002
0001451-48.2010.4.02.5002
0000402-35.2011.4.02.5002
0001471-05.2011.4.02.5002
0001472-87.2011.4.02.5002
0000054-46.2013.4.02.5002

Art. 20 da Lei 10.522/02

0031942-24.1999.4.02.5002
0001005-89.2003.4.02.5002
0001014-51.2003.4.02.5002
0001021-43.2003.4.02.5002
0001088-08.2003.4.02.5002

Art. 40, caput, LEF

0000810-60.2010.4.02.5002
0000584-21.2011.4.02.5002
0000655-86.2012.4.02.5002
0001007-44.2012.4.02.5002
0001686-78.2011.4.02.5002

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Fernando Antonio Serro Pombal

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Com base no Mapa de Intimados do sistema Apolo, extraído no período compreendido entre 28/10/2013 a 28/04/2014, observa-se um total de 632 sentenças proferidas em processos físicos e virtuais, classificadas por tipo de sentença da seguinte forma:

Convertidas em diligência: 129

Embargos de declaração: 38

Resolução de mérito – pedido improcedente: 47

Resolução de mérito – reconhecimento prescrição/decadência: 25

Resolução de mérito – pedido procedente: 36

Resolução de mérito – pedido procedente com tutela: 08

Resolução de mérito – pedido procedente em parte: 29

Resolução de mérito – reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 04

Resolução de mérito – renúncia ao direito em que se funda a ação: 02

Resolução de mérito – conciliação/transação homologada: 02

Sem resolução de mérito – cancelamento da dívida: 42

Sem resolução do mérito: 178

Sem resolução do mérito – desistência da ação: 48

Sem resolução do mérito – indeferimento de petição inicial: 03

Vazias - 41

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Convertida em diligência.

Os processos abaixo discriminados apresentaram regular andamento, eis que corretamente registradas as sentenças:

00013363220074025002; 00006650920074025002; 00015801920114025002;
00013285020104025002; 00000905920114025002; 00011749520114025002;
00002624520044025002; 00015586820054025002; 00005890920124025002;
00011559420084025002; 00002688120064025002; 00002742020084025002;
00003151620104025002; 00003308220104025002; 00004538020104025002;
00022086020084025051; 00006982820094025002; 00004563520104025002;
00007124620084025002; 00013147620044025002; 00000736720044025002;
00093963620034025001; 00002723420074025051; 00000140620094025002.

RESOLUÇÃO DE MÉRITO – PEDIDO IMPROCEDENTE

Nos processos abaixo discriminados, julgados improcedentes, as sentenças tipo A, fundamentação individual, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00000461120094025002; 00005400720084025002; 00008637020124025002;
00021492020114025002; 00007952320124025002; 00006532420094025002;
00000309120084025002; 00013721120064025002; 00118902920074025001;
00009547320064025002; 00015340620064025002; 00024373620094025002;
00024382120094025002; 00005716920044025001; 00010542820064025002;
00023646420094025002; 00002748820064025002; 00023654920094025002;
00023663420094025002; 00064995920084025001; 00009572320094025002;

RESOLUÇÃO DE MÉRITO – PEDIDO PROCEDENTE

Nos processos abaixo discriminados, julgados procedentes, as sentenças tipo “A, fundamentação individual”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00019061320104025002; 00071909320034025051; 00015353820064025051;
00019164620064025051; 00019208320064025051; 00003264520104025002;
00007973220084025002; 00004267820024025002; 00138857720074025001;
00026227420094025002; 00013624020014025002; 00007206220044025002;
00011994520104025002; 00017335720084025002; 00025863220094025002;

00009480320054025002; 00009635920114025002; 00006105820074025002;
00014007120094025002; 00076527420014025001; 00000736720044025002;

RESOLUÇÃO DE MÉRITO – RECONHECIDA PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA

Nos processos abaixo discriminados, as sentenças “tipo A, fundamentação individual”, e “tipo B2 sentença repetitiva (padronizada)” estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00006348120104025002; 00001327420124025002; 00004323620124025002;
00014858620114025002; 00001899220124025002; 00008564920104025002;
00014058820124025002; 01000479620124025002; 00006437720094025002;
00015719620074025002; 00013239620084025002; 00138707420084025001;
00007222720074025002; 00014595920094025002; 00000183820124025002;
00018261520114025002; 00018253020114025002; 00018322220114025002;
00021239020094025002; 00006134220094025002.

RESOLUÇÃO DE MÉRITO – PEDIDO PROCEDENTE, EM PARTE

Nos processos abaixo discriminados, procedente, em parte, as sentenças tipo “A, fundamentação individual”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00013276520104025002; 00012965020074025002; 00012948020074025002;
00008528020084025002; 00019183220074025002; 00015736620074025002;
00019937120074025002; 00001989320084025002; 00020871920074025002;
00014483020094025002; 00017448620084025002; 00008951720084025002;
00012271820074025002; 00014019020084025002; 00013686120124025002;
01000825620124025002; 00080287920094025001; 00006362220084025002;
00002051720104025002; 00006613820084025001; 00002531020094025002

RESOLUÇÃO DE MÉRITO – PEDIDO PROCEDENTE COM TUTELA

Nos processos abaixo discriminados, julgados procedentes, as sentenças “tipo A, fundamentação individual”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00012640620114025002; 00004278220104025002; 00015318020084025002;
00010270620104025002; 00015785420084025002; 00003354120094025002;
00003492520094025002; 00014246020134025002.

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

Nos processos abaixo discriminados, sem resolução de mérito, as sentenças “tipo C, sem resolução de mérito”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00013894220094025002; 00004835720064025002; 00021527220114025002;
00004968520084025002; 00025274420094025002; 00025282920094025002;
00002242320104025002; 00008287620134025002; 00015741720084025002;
00025594920094025002; 00006853420064025002; 00007080420114025002;
00345136519994025002; 00016074120074025002; 00173512120034025001;
00013585620084025002; 00000244520124025002; 00008781020104025002;
00012177620044025002; 00012023420094025002; 00014182920084025002;
00004283320114025002; 00009633520064025002; 00007647620074025002;
00010868620134025002; 00016240420124025002

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – CANCELAMENTO DA DÍVIDA

Nos processos abaixo discriminados, sem resolução de mérito, as sentenças “tipo C, sem resolução de mérito”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00000167320094025002; 00009238720054025002; 00315724519994025002
0001434520084025002; 00002805120134025002; 00012815220054025002;
00010719820054025002; 00013257120054025002; 00012535020064025002;
00013400620064025002; 00022029820114025002.

Os processos abaixo discriminados, sem resolução de mérito, apresentaram regularidade quanto à classificação de sentença:

00005349220114025002

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – DESISTÊNCIA DA AÇÃO

Nos processos abaixo discriminados, sem resolução de mérito, as sentenças “tipo C, sem resolução de mérito”, estão classificadas no sistema, mas **não há classificação no corpo da sentença**:

00000089120124025002; 00018236020114025002; 00313983619994025002;
00002199320134025002; 00018718220124025002; 00004468320134025002
00002128220054025002; 00002243320044025002; 00014018520114025002;
00011264420084025002; 00121430720134025001; 00010364620024025002;
00000521820094025002; 00014189720064025002.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

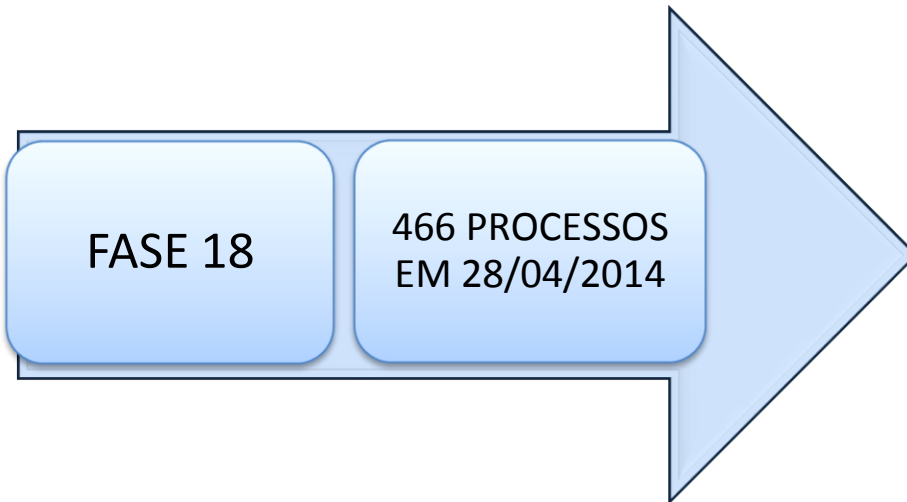
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (preferências legais): De acordo com o questionário de autoinspeção, o critério de prioridade de análise e julgamento deu-se conforme a complexidade e antiguidade, agrupando-se os processos por tema. Assim, as ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa e as ações de desapropriação, foram as primeiras a serem enfrentadas. Superada a fase inicial de julgamento das referidas classes, tomou-se por orientação o julgamento dos processos remanescentes da meta 02 do CNJ. Concomitante ao trabalho de análise das ações antigas e complexas, o gabinete cuidou de manter em dia a prolação de sentenças padronizadas, repetitivas e extintivas, sobretudo nos processos de execução fiscal e execução de títulos extrajudicial. Para tanto, há uma servidora e uma estagiária do gabinete que cuidam da triagem, análise e minuta dessas sentenças.

LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE: segundo o questionário de autoinspeção, tanto os processos físicos, quanto os eletrônicos são organizados de acordo com a fase processual. A fim de facilitar a separação dos processos, foi feita uma separação, com escaninhos (físicos e virtuais) próprios, com exceção do balcão de entrada, análise para decisão e sentença (gabinete) e mesas de juízes e da diretora de secretaria.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

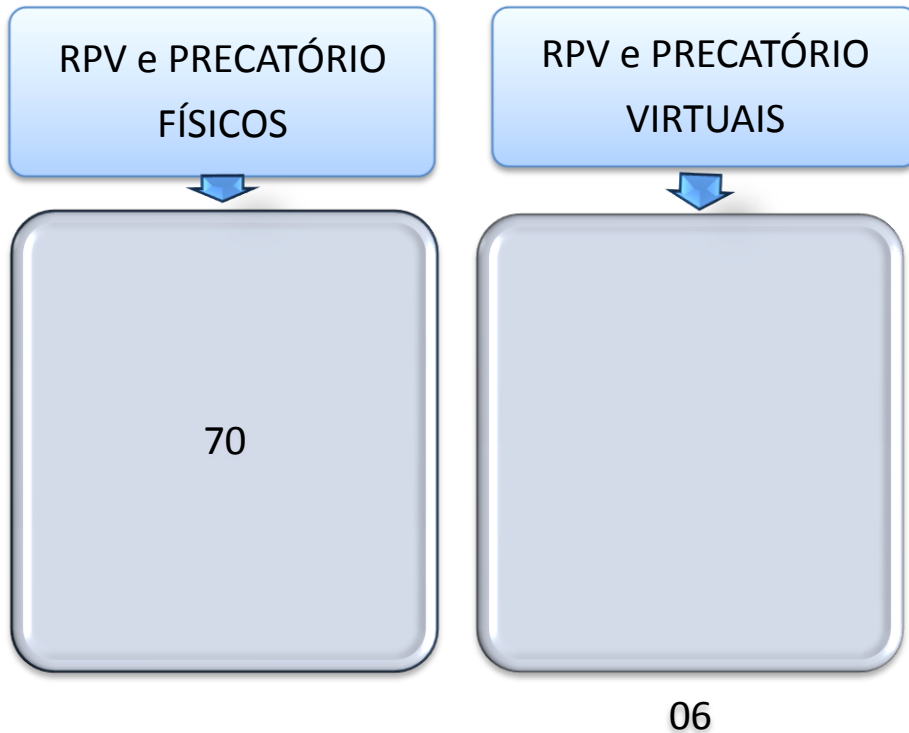
Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (28/04/2014)



Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

0



PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A EXPEDIÇÃO DE RPV'S E PRECATÓRIOS:

O procedimento para expedição de precatório/RPV é descrito a seguir:

1º - os autos são identificados com etiqueta e nos eletrônicos também são colocados um identificador;

2º - é feito o cadastramento pela supervisora e em seguida enviado para a Diretora de Secretaria que confere e imprime e assina ato ordinatório para intimação das partes;

3º - decorrido o prazo das partes, os requisitórios são enviados para o Tribunal;

4º - após o envio a Secretaria imprime a confirmação de envio; no caso de precatório é feita a suspensão do processo no sistema (aguardando cumprimento de precatório) e quando o caso for RPV, faz-se a movimentação cartorária "aguardando depósito de RPV".

LOCAIS VIRTUAIS:

"Cível cadastrar RPV/precatório

LOCAIS FÍSICOS:

Escaninhos específicos

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none">• 65 cadastrados• 30 enviados	<ul style="list-style-type: none">• 11 cadastrados• 07 enviados	<ul style="list-style-type: none">• ZERO

TOTAL DE REQUISIÇÕES: 76
TOTAL ENVIADAS: 37

Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 761 dias

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

**LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147/151 CNCG)**

Livro de Ponto

Termo de abertura: 07/01/2014

Livro de reclamações

Termo de abertura: 07/01/2013

Pasta de Remessa aos Advogados e aos auxiliares da justiça

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta Remessa aos Órgãos Externos

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta de Remessa TRF

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta de Remessa de autos ao MPF

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta de Termos de cadastramento de órgãos para carga de autos

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta de Remessa de aos Órgãos internos

Termo de abertura: 07/01/2014

Pasta de Documentos enviados

Termo de abertura: 30/01/2014

Pasta de Guias de remessa - Agravo

Termo de abertura: 30/08/2013

Pasta de Arquivo de Documentos recebidos pela 2ª Vara

Termo de abertura: 07/01/2008

Pasta de Relação de Peritos

Termo de abertura: Não há

Pasta de documentos importantes

Termo de abertura: Não há

Pasta de correção

Termo de abertura: Não há

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI e MARCIA GOMES ROSARIO

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

A 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim está localizada em um prédio de dois andares na rua Monte Castelo, s/n, Bairro Independência.

No mesmo prédio estão também localizados o 1º Juizado Especial - JEF e a 3ª Vara. No andar térreo se localiza a Distribuição, SEMAN, CECON. O 2º andar estão localizados a 2ª e 3ª varas. A secretaria da 2ª Vara situa-se numa sala contínua subdividida entre o balcão de atendimento, setor de execução fiscal e contencioso. Nas salas subsequentes estão a sala de apoio aos gabinetes, gabinete do juiz titular e gabinete do Juiz substituto, cada um dos gabinetes contém 01 banheiro. No mesmo andar há duas salas de audiência destinada cada uma a respectiva vara. Os banheiros existentes no andar, bem como a copa atende aos servidores das duas varas.

Conclui-se que as instalações são adequadas para o bom desempenho profissional, bem distribuídas as mesas dos servidores, bem arejadas e bem instaladas.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI e MARCIA GOMES ROSARIO

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Metas de curto prazo(3meses):Designar hasta pública a fim de regularizar situação dos processos que estão aguardando tal ato.

Sentenciar as Ações Cíveis Públicas/Improbidade Administrativa e os processos da Meta Prioritária nº 02 em, no máximo 45 dias a partir de sua conclusão.

Processar as execuções fiscais paradas a mais de 18 meses, bem como priorizar os executados denominado "grandes devedores".

Metas de médio prazo(6meses):Processar as execuções fiscais que estejam paradas a mais de 12 meses.

priorizar os processos que estejam em fase de sentença, bem como a análise por título extrajudicial, afim de cumprir a meta nº 5 do CNJ.

processar as ações de execução fiscal, paradas a mais de 15 meses.

Metas de longo prazo(1ano): Processar as execuções fiscais paradas a mais de um ano as ações cíveis paradas a mais de nove meses.

Priorizar sentença em processos conclusos a mais de 6 meses.

Destaque-se a boa acolhida por parte do Exmo. Juiz, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

RELATÓRIO
ELABORADO POR

FERNANDO ANTONIO
SERRO POMBAL
Mat. 15.711

MARCIA GOMES PEREIRA
ROSÁRIO
Mat. 15.428

JOSE VICENTE BENEVENUTI
Mat. 15035

